

Confinados!

Eduardo Losicer

Este trabalho, apresentado no III Encontro Latino-americano dos Estados Gerais da Psicanálise, está sendo incluído sob o tema “A experiência psicanalítica e a cultura contemporânea” deste Encontro Mundial, para enfatizar o fato de tratar-se de uma experiência radical, de fronteira clínica, realizada dentro de um campo institucional excepcional.

Resumo:

Se relacionam dados de análise de uma intervenção-pesquisa realizada nas plataformas de extração e produção de petróleo em alto-mar com o conceito de ‘campo’ proposto por G Agamben, autor de referência.

Palavras chave: confinamento, subjetividade, instituição total, política, totalitarismo

Em um texto em que se dispõe à vasta tarefa de retirar a política da posição subalterna que hoje tem em relação com a economia, a religião e o direito, Giorgio Agamben propõe repensar como propriamente políticas, determinadas experiências e fenômenos próprios de nosso tempo, que habitualmente são considerados como exteriores à esfera do político. Assim ele relaciona: a vida natural dos homens (de acordo com a concepção de “bio-política construída por Foucault); o estado de exceção (interrupção da ordem jurídica); o campo de concentração (lugar de indistinção absoluta entre público e privado); o refugiado (figura decisiva da crise do Estado-nação moderno); a linguagem (“ expropriada” –conforme ele diz- na política das sociedades democrático-espetaculares) e, por último, inclui também aquilo que ele chama de “esfera dos meios puros ou dos gestos” (os meios emancipados dos fins) para completar a relação de experiências contemporâneas que devem ser repensadas no interior do espaço do político. Em outros termos, acompanhando Foucault, Agamben se afasta da concepção tradicional da

questão do poder baseada exclusivamente em modelos jurídicos (legitimação) e institucionais (Estado) e coloca a relação entre poder soberano e a “nuda vida” –tal como ele chama à pura vida biológica, natural, classicamente excluída do âmbito da política - no centro das suas reflexões, nos convidando a pensar certos fenômenos produzidos por esta bio-política moderna à luz de suas análises.

Destas, nos interessa em particular a forma em que elabora o conceito de ‘campo’, se baseando numa singular análise da experiência dos campos de concentração que, junto com os grandes estados totalitários do século XX, são considerados por ele como “um dos lugares por excelência da bio-política moderna...” ou como “a matriz oculta do espaço político que ainda vivemos”. Efetivamente, das ricas sugestões de Agamben, queremos agora restringir-nos à referência pontual ao paradigmático conceito de ‘campo’ proposto, porque ele nos serve para subsidiar algumas de nossas próprias linhas de análise, aplicadas em uma pesquisa que trata, precisamente, de situações de confinamento.

No nosso caso, que trata da organização do trabalho, o campo estudado não se constitui em torno da ‘concentração’ e do estado de exceção de direito, como os mencionados, mas em torno da produção e do estado de exceção do regime de trabalho, tal como o observamos no campo prático de nossa intervenção. Efetivamente, fomos chamados para intervir no grande campo constituído pelas plataformas de produção de petróleo em alto mar, que integram o complexo sistema off-shore de exploração de petróleo em águas profundas dirigido pela empresa estatal do setor. Assim tivemos oportunidade de nos aproximar, ‘in loco’, da fascinante e sofrida experiência de milhares de pessoas que vivem e trabalham continuamente nestas gigantescas máquinas de ferro no meio do mar. O campo de análise resultante desta intervenção nos deparou com complexidades diagnósticas de difícil resolução e com escassas referências esclarecedoras. Queremos, portanto, indagar agora sobre as hipotéticas pontes que poderíamos construir entre tão distantes experiências de “campo”, tal que permitam a explicação de um certo ‘efeito totalitário’ que observamos no trabalho confinado nas plataformas. De fato, a intervenção clínica que realizamos nas plataformas, das quais fomos chamados para diagnosticar a índole de sérios problemas psicopatológicos apresentados

pelos embarcados, nos levou a diagnosticar um determinado “efeito de instituição total”, com o qual tentamos significar a origem do mal-estar e do ‘patos’ encontrado na maioria dos embarcados entrevistados. Encontramos, por exemplo, que este efeito, produzido mesmo sem que a plataforma se defina como instituição total no sentido clássico (prisões, hospícios, guetos e outras instituições de vida clausurada) afetava as subjetividades muito além do que seria classificável entre os quadros psicopatológicos conhecidos. Ou seja: a excepcionalidade do sistema de trabalho produzia um singular modo de subjetivação ‘totalista’ tal que, patológico ou não, confrontava o embarcado com as suas efetivas possibilidades de suportá-lo. Habitantes de um mundo fechado na sua ordem produtiva, voluntariamente confinados e obedientes de um sistema excelente (eles são, de fato, os melhores do mundo na sua tarefa), os embarcados tentam ilusoriamente se adaptar ‘totalmente’ a um regime que tudo exige, testando permanentemente o limite de suas capacidades físicas e mentais. Esta excepcionalidade que o embarcado vive como sujeito psíquico, é reconhecida e materialmente compensada (adicionais de salário) pela administração como periculosidade (altos riscos de explosão, incêndio e acidentes de trabalho), como penosidade (suportar trabalho repetitivo e contínuo) e como confinamento (privação, enquanto embarcado, de vida social, familiar e sexual), mas não é reconhecido nos efeitos deletérios provocados pelo império absoluto de um sistema de produção totalista e concentrado, conforme a nossa análise iria demonstrar.

É a partir deste recorte de nossa pesquisa, por tanto, que pretendemos indagar sobre suas possíveis conexões com o conceito de “campo” antes referido.

A condição de “excepcionalidade permanente” presente neste conceito proposto por Agamben para tornar inteligíveis os procedimentos totalizantes, nos serve, devidamente traduzido, para testá-lo no nosso campo prático. O ‘campo’ é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a se converter em regra”, diz ele, para responder a pergunta sobre a estrutura político-jurídica que tornou possíveis os terríveis acontecimentos verificados historicamente nos campos de concentração. Assim, inverte a lógica usual que define o campo a partir (e não como consequência) de tais acontecimentos. Desde esta perspectiva e independentemente dos objetivos de concentração

(custódia, prisão, extermínio...), o 'campo' seria integralmente estruturado como território fora da ordem jurídica de forma estável, constituindo aquele paradoxal estado de exceção permanente que o caracteriza. Citando Hannah Arendt, Agamben mostra que é nesta nova territorialidade criada pelo poder soberano que se encontra a essência da dominação totalitária, no qual 'tudo é possível': "só porque os campos constituem um espaço de exceção, em que a lei é suspensa de forma integral, tudo é verdadeiramente possível neles ... o poder não tem frente a si mais que a pura vida biológica, sem mediação alguma ... "nuda vida" e vida política entram em zona de absoluta indeterminação ". Assim, o surgimento dos campos na história recente pode ser entendido como o marco inicial do espaço político da modernidade, na medida em que revela o ponto crítico insustentável do sistema em vigor, baseado no vínculo entre território (localização) e ordem jurídica (Estado), próprio da crise do Estado-nação (nascimento como inscrição da vida na ordem jurídica) que observamos nos dias de hoje : "... a crescente desconexão entre o nascimento (nuda vida) e o Estado-nação é o fato novo da política de nosso tempo, e, o que chamamos de 'campo' é esta separação ... "o 'campo' é o signo da impossibilidade de que o sistema funcione sem se transformar numa máquina letal".

Pois bem; é neste ponto de indistinção absoluta entre público e privado que reside o termo comparativo com o observado no nosso campo de intervenção. Com efeito, é aqui que localizamos a fonte de mal-estar, de alienação e de falência psíquica encontrada nos embarcados nas plataformas. Este efeito não seria apenas produto da concentração e a convivência forçada no isolamento em alto mar, nem somente consequência direta da alta periculosidade vivida dentro do sistema off-shore, como poderia se esperar. Tampouco encontramos na "mortificação do ego" descrita por Erving Goffman nas instituições totais, a causa principal da insuportabilidade revelada pelo sistema de forma dramática. Para analisá-la em toda a sua extensão, devíamos praticar uma "clínica do suporte" ou "clínica da resistência" (e não somente uma clínica psicopatológica) tal que nos indicasse a "letalidade" imanente ao sistema. O parecer que nos fora solicitado para diagnosticar as determinantes da "evasão" (grande aumento de pedidos de desembarque motivados por transtornos psíquicos ou por pura desistência) verificadas pelos gerentes das

plataformas, devia apontar para as já sabidas causas comportamentais (não adaptação individual, sobrecarga de trabalho, penosidade, periculosidade, etc.). Em outros termos, o diagnóstico de “instituição total” nos permitia contemplar o principal achado nas plataformas, isto é, que nelas se vive dentro de um universo fechado e que este fechamento não se dá só pelo confinamento físico que o caracteriza, mas por efeito do excepcional sistema de produção no limite que lhe é inerente. Subjacente à incontestável excepcionalidade das condições de trabalho (sistema contínuo e confinado) encontramos a excepcionalidade das exigências da produção (produtividade total) afetando as subjetividades –seja como des-subjetivação, ou como produção de subjetividades totalizadas com o sistema- dos habitantes deste universo fechado e desterritorializado. O que nos conduziu a este diagnóstico de ‘campo’ foi a compreensão de que o seu fechamento é principalmente simbólico, isto é, a experiência que se vive dentro dele é intransmissível e intraduzível para a linguagem de todos aqueles que lhe são “estrangeiros”. Mar e terra representam, no código dos embarcados, mundos radicalmente separados. Desde que inicia sua carreira profissional nas plataformas, o embarcado se interna cada vez mais neste mundo outro e, neste lento percurso, vá sendo imposto das perdas do seu mundo originário, ao qual, paradoxalmente, não deixa de pertencer. A descontinuidade da sua vida familiar, social e sexual provoca dissociações psíquicas freqüentemente patológicas. Cada um à sua maneira vá conhecendo a significação das transformações impostas pelo confinamento. A economia psíquica do sujeito embarcado é destinada a suportar estas perdas, inclusive a perda da segurança física . Contudo, a perda maior, aquela que deixa o sujeito sem suporte é a perda de reconhecimento “de terra” verificado durante seu longo internamento no mar. Não se trata apenas de uma queixa pela desigualdade a respeito dos seus pares trabalhando em terra. Mais do que isso, o embarcado sofre pelo não reconhecimento da sua infável experiência de ‘campo’. Conscientemente ou não, descobre que a sua experiência se torna inenarrável e é assim que ele fica simbolicamente confinado. Este efeito totalitário do ‘campo’ parece ser produzido com independência dos seus objetivos de concentração, seja de trabalho voluntário ou forçado. Sobre este último, contamos com um comovente depoimento de Primo Levi, que expressa a

suprema angústia da incomunicação radical a través do relato de um sonho, no qual ele tenta contar, para familiares e amigos, sobre os horrores vividos nos campos de Auschwitz: "...é uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas e ter tantas coisas para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio". "Contei este sonho a Alberto e ele me confessou que esse é também o sonho dele e o sonho de muitos mais, tal vez de todos". Finalmente Levi se pergunta: "...porque o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?". Mesmo considerando todas as óbvias diferenças com o nosso campo', não podemos deixar de notar a semelhança deste relato de sonho com o relato vivo ouvido de um dos embarcados entrevistado em plataforma: "... quando voltei para casa depois de meu primeiro embarque, fiquei falando sem parar para minha mulher sobre tudo que tinha vivido naqueles primeiros quatorze dias numa plataforma. Embarcar era um sonho que eu tinha desde garoto. Ela acompanhava tudo que eu contava. Depois do embarque seguinte também falei e falei, mas já estava sentindo que tinha coisas que ela não entendia e ficava distraída. Das outras vezes contava cada vez menos, até que parei de contar, quando eu me dei conta que ela não ia saber mesmo do mundo que eu vivia, Hoje [dois anos depois] sei que vocês, de terra, nunca vão nos conhecer de verdade ... não dá para falar". Ainda mais; para completar este fosso que separa o sujeito embarcado do seu outro, no mar ele é considerado pelas chefias como um 'simulador', ou seja, quando a 'pressão pela produção' provoca queixas explícitas ou sintomáticas, ele é denunciado como 'armador' e sua fala fica igualmente desacreditada. Duplamente interdito e despido da significação da sua palavra, o sujeito confinado fica reduzido a uma "nuda vida psíquica" totalmente submetida ao império da produção. Como produtores são reconhecidos pelo "mundo exterior" como recordistas absolutos dentro da sua competência mas, paradoxalmente, não são reconhecidos como sujeitos da singular experiência que vivem. "Des-subjetivados" e "naturalizados", os embarcados são sujeitados a uma "seleção natural" que, no limite, descarta todos aqueles que não funcionem de forma totalizada com o sistema. Por sua parte, o embarcado fica fatalmente implicado

com este “darwinismo” psico-médico desde o momento que faz sua opção pelo trabalho em plataforma de forma voluntária e com algum grau de consciência de estar assinando um “pacto de Fausto”, em função do qual compromete sua segurança física, seu vínculo social e seu equilíbrio mental em troca de ganhos materiais e de um prestígio que nunca se realiza. Dividido e optando pelo sacrifício de sua vida pública (na cidade, nos territórios culturais, políticos, etc.) e institucional (a família, o lar, a sexualidade a organização “normal” do trabalho, etc.), o sujeito embarcado fica fatalmente confinado num espaço de absoluta indiscriminação público-privado. Fora dos territórios da ‘polis’, deixa de ser sujeito político e, enquanto embarcado, sua vida passa a ser sujeitada de forma total pela administração. Sem possibilidades narrativas de sua experiência para com os ‘estrangeiros’ e desacreditado de sua palavra pelos administradores (simulacro) do seu próprio ‘campo’, o embarcado deixa de ser sujeito de sua fala.

É justamente neste espaço de dissolução de fronteiras que encontramos algumas pontes entre nossa análise clínica das plataformas e a noção de ‘campo’ proposta pelo nosso autor de referência. Nos parece particularmente instigante quando ele vislumbra no campo a “matriz” das várias situações em que o novo espaço político se nos apresenta hoje. Arrancada do território físico, do corpo e da subjetividade, a idéia de ‘campo’ se torna transparente nas plataformas. Aqui, o poder político é exercido pela soberana organização da produção e atinge níveis paradigmáticos de maximização. Para nós, um gigantesco laboratório de experiências humanas que nos interpela com as “notícias de fronteira” que traz, cuja tradução mais inquietante seria: o Sistema de Produção, aquele que domina a economia do planeta, não pode funcionar plenamente sem se transformar numa máquina letal.

Se consideramos, por último, que o tal sistema se tornou binário, isto é, regido pela correspondência produção plena / consumo pleno (ou produção de consumo), somos levados a interrogar: não estaríamos todos nós, “de terra”, também confinados em territórios imaginários, segmentados e estratificados conforme nossa diferente capacidade de consumo, separados e incomunicados de acordo com o nosso específico poder aquisitivo, clausurados dentro de um mundo exclusivamente privado, sem possibilidades de ação política ... tal como os embarcados?.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. "Homo Sacer, el poder soberano y la nuda vida". Valencia, Pre-textos, 1998.

"La comunidad que viene". Valencia, Pre-textos, 1996

"Medios sin fin, notas sobre la política". Valencia, Pre-textos, 2001.

LEVI, Primo. "É isto um homem?". Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

GOFFMAN, Erving. "Internados". Buenos Aires, Amorrortu editores, 1988.